



Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1996

ANO XLII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kleise - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Puplo - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 09ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zannusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Flávio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Ausente o Senhor Deputado Edson Silva Lino. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, nem Oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, nem para o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Abre-se a Sessão Extraordinária para apreciação do veto aposto ao Projeto de Lei 468/95.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/96, Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 468/95, de autoria do Deputado Duílio Genari, que

autoriza o Poder Executivo, conforme específica, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado em plenário. REGIME DE URGÊNCIA.

OF/CIL/SEEG Nº 283/95

Curitiba, 21 de dezembro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 325/85, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 468/95, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a vender, dar em caução e/ou fornecer como garantia de operações de crédito e financiamentos, ações que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, tendo o veto parcial incidido sobre as disposições contidas no § 1º, do art. 1º.

O referido § 1º, do art. 1º, não mereceu acolhimento, tendo em vista que, se adotado, viria implicar em dificuldades na execução da medida, eis que as negociações de tal natureza dependem, sempre, do comportamento do mercado de ações, assim como de outras várias condicionantes conjunturais. Portanto, não cabe fixar valores prévios para procedimentos cuja principal característica é de que estão sujeitos a flutuação de preços.

Esse o motivo que me levou a vetar, parcialmente, o Projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 01/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, opôs veto parcial ao Projeto de Lei nº 468/95, que autorizou o Poder Executivo a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição em tela, quando de seu trâmite nesta Casa de Leis, foi objeto de

uma emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado Duílio Genari e que acrescentou o parágrafo que foi vetado pelo Senhor Governador do Estado.

O § 1º, do art. 1º do plano de lei não foi acolhido pelo Chefe do Poder Executivo, tendo em vista que se adotado viria implicar em dificuldades de execução da medida, eis que as negociações de tal natureza dependem do comportamento do mercado de ações, não cabendo, portanto, fixar valores prévios para procedimentos cuja principal característica é de que estão sujeitos a flutuações de preços.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 468/95.

Sala das Comissões, em 02.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da proposição, ora em discussão, dotará o disposto pelo parágrafo 04 do artigo 71 da Constituição do Estado. A votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Senhor 1º Secretário, que fará a chamada nominal duas vezes, o Deputado deverá se dirigir à mesa de trabalhos onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor 1º Secretário e a seguir dirigir-se à cabina, em cujo interior encontrará a cédula de votação, contendo as expressões: sim ou não.

Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "sim".

Os contrários da manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão "não".

Após ter feito a sua opção o Deputado deverá colocar a sua sobrecarta rubricada e depositá-la na urna, que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que a rejeição do veto, com a consequente aprovação do Projeto, serão necessários 28 dos Senhores Deputados, que votem "não", conforme a previsão da parte final do parágrafo 4º do artigo 51 da Constituição Estadual.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lê a Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Ata está em discussão. Em Votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, conser-

vem-se como estão. **Aprovada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria registrar e solicitar à Mesa, que complemente a Ordem do Dia, porque nós estamos verificando que só consta o Veto parcial e o Parecer Favorável da C.C.J.. E nós apresentamos um voto em separado, que foi derrotado, mas que foi assinado por seis membros da Comissão de Constituição e Justiça e, pelo Regimento Interno, deveria estar constando também - ao que me consta - dessa Ordem do Dia, até para poder esclarecer a todos os Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Parecer da Comissão de Justiça, no caso de Veto, é simplesmente pela apreciação ou não. É um relatório. Mas, vou solicitar ao 2º Secretário que proceda à leitura do voto de Vossa Excelência, para que a Casa tenha conhecimento.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Lê):

"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO

PROPOSIÇÃO DE VETO nº 01/96 AO
PROJETO DE LEI Nº 468/95

A presente Proposição de Veto ao Projeto de Lei nº 468/95, que trata das vendas das ações da Companhia de Energia Elétrica - COPEL - vota parcialmente o Projeto, no que diz respeito à garantia de preço mínimo para venda das referidas ações.

O Projeto inicial, de autoria do Deputado Duílio Genari, após sucessivas discussões, recebeu várias emendas, sendo objeto de Substitutivo Geral.

A principal alteração do Substitutivo se deu no § 1º do artigo 1º, que garantiu a venda das ações por um preço mínimo de 50% do valor patrimonial.

O Poder Executivo alegou ser este dispositivo um empecilho, uma dificuldade para a comercialização das ações, alegando a flutuação do mercado financeiro. Não nos parece correta essa afirmação, já que certamente não faltaram compradores interessados nas ações da melhor empresa de energia elétrica do país.

Em um mercado sério, quanto maior for a procura, maior o preço; aqui se deprecia, não se impondo sequer um preço mínimo para alienação.

O Veto é extremamente preocupante, pois nos dá a nítida impressão que o Governo do Estado do Paraná pretende "vender" a COPEL. O empréstimo feito junto ao ENDES, com o caucionamento da dívida através das ações é alarmante, pois o Estado não terá como saldar o que foi tomado a título de empréstimo, vindo a onerar a

Companhia.

A COPEL tem um patrimônio de R\$ 4,5 bilhões; é proprietária de usinas Hidrelétricas e tem o monopólio de vendas e distribuição de energia do Estado. Não há outra estatal paranaense em suas condições, com recursos próprios para aplicar em novos investimentos e finanças em equilíbrio. Assim, transformou-se na mais cobijada presa entre aqueles que defendem a necessidade de sua privatização. Não estabelecer um preço mínimo para sua venda é o primeiro passo para sua alienação, um ótimo negócio para quem vier a adquiri-la, já que de R\$ 1,4 bilhões, que é o valor patrimonial das ações hoje, acabaria sendo vendida por míseros R\$ 300 milhões.

Por todo exposto, opinamos contrariamente à aprovação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 468/95, por considerarmos uma falta de respeito para com o povo paranaense e uma afronta à COPEL, orgulho de nosso Estado.

Sala das Comissões, em 02.04.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana, para encaminhamento de votação.

O SR. CAÍTO QUITANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estendo também a saudação ao Secretário de Estado Hermas Brandão, ao Secretário Joni Varisco, que se fazem presentes nesta Sessão, devido a sua importância.

Queria aqui registrar, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, a contrariedade e determinadas conotações que está sendo dada no curso da semana, a respeito da votação desse Veto. Como se a oposição fosse perder, a situação fosse ganhar.

Nós não temos o que ganhar, o que perder, nós estamos cumprindo o nosso papel. Quem ganhará ou quem perderá será a COPEL, será o patrimônio da principal empresa de energia elétrica do país, e a principal empresa pública do Estado do Paraná. Esta poderá perder e esta poderá ser protegida.

Fico vendo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, com que emoção deve ter acontecido a sanção de um decreto, a assinatura de um Decreto de 1954, quando o então saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha, o Decreto 14.947, criando a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL.

Iniciava naquela época, o verdadeiro desenvolvimento do Estado do Paraná, porque só desenvolve o Estado que tiver capacidade de oferecer, para as empresas que nele se instalarem, condições farta de energia elétrica, de força e de luz.

Essa COPEL cresceu no curso desses trinta, trinta e poucos anos, a COPEL che-

gou, Srs. Parlamentares, agora na atualidade, com um patrimônio calculado em 4 milhões de dólares.

É considerada a melhor empresa do setor elétrico nacional (A Revista Exame que diz isso), atende 2 milhões e 400 mil consumidores em 364 municípios. E aqui, Srs. Parlamentares, não fosse a estatal COPEL, empresa prominentemente de capital público, nós não teríamos tido mais de 120 mil ligações de clic rural, Deputado Beto -icha, quando seu pai foi o Governador do Paraná, não teríamos tido mais de 100 mil ligações de clic rural no Governo de Álvaro Dias e mais 40, 50 mil no Governo Riquião.

A barranca dos rios no Estado do Paraná é contemplada por energia elétrica, graças ao fator de que essa empresa pública tem por objetivo e por escopo propiciar condições básicas para que o Estado do Paraná possa se desenvolver na sua infraestrutura. Não é uma empresa que se negue de fazer de uma comunidade pequena de energia elétrica porque essa energia não vai dar lucro, é uma empresa que tem por escopo possibilitar o desenvolvimento do Estado do Paraná. Talvez até em razão dela e de outros setores uma abertura de globalização de mercado, empresas como a Renault estejam vindo para o Paraná. Essa empresa Srs. Parlamentares nascida lá em 55, tem um faturamento de um bilhão de dólares, uma arrecadação de 300 milhões de tributos estaduais e federais, e um patrimônio de 4,3 milhões. Escrevíamos num jornal uma publicação assinada dizendo que esse veto não passará sob a alegação de que a totalidade das ações preferenciais que o Governo vender, representa 40% do patrimônio da COPEL. Somando-se esses percentuais as ações nominativas nós atingimos 64% do patrimônio da empresa. Como se oferecerá ao mercado 58 mil lotes de ações nominativas a 417 milhões e 72 mil lotes de ações preferenciais por 396 milhões, nós estamos entregando e transferindo o patrimônio da COPEL por 813 milhões de reais num patrimônio líquido de 4,3 milhões.

Essa empresa pública, Srs. Parlamentares que desde o seu surgimento até aqui, foi capaz de construir, na sequência: a Usina de Segredo, de Foz do Areia, de Capivari/Cachoeira, todas em operação, mais a Usina de Chopim, de Mourão Siqueira que a COPEL passa a incorporar. E vem aqui o Presidente da COPEL dizer de que os 4 milhões de reais, que é o patrimônio líquido da COPEL, é apenas superestimados por contabilidade. Estamos agora terminando a Usina de Segredo, mais de um bilhão. Estamos construindo Salto Caxias, mais de um bilhão. Somado toda a rede de distribuição as outras Usinas existentes, nós estamos a

a fim de entregar essas ações pelo preço vil de 800 milhões.

Quero deixar claro aqui uma outra posição, Srs. Parlamentares. A bancada do PMDB não foi intransigente, a Bancada do PMDB que represento aqui nessa tribuna e pela qual acredito poder falar, votou a autorização para o Governo, que pudesse colocar as ações da COPEL em garantia. Mas votou o substitutivo negociado com o próprio Governo, que estabeleceu pelo substitutivo do seu relator, Nelson Justus o valor de 50% do patrimônio líquido da empresa, e com esta aprovação foi-se ao ENDES para fazer um empréstimo de 120 milhões de dólares, para gastar em pessoal. Foi negociado o veto a esse artigo, sob hipótese alguma pode convencer qualquer Parlamentar porque o ENDES, numa interferência indevida, autonomia e soberania desse Estado, pelo seu presidente que é um cargo de confiança, vem dizer que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode colocar um valor mínimo naquilo que é patrimônio do nosso Estado e que depende constitucionalmente da nossa autorização. Ora Srs. Parlamentares, eu queria dar um enfoque aqui aos Deputados que votarão pelo SIM, para ver o desrespeito que se tem com o Estado do Paraná. Enquanto eu vejo muitos subirem a Tribuna cantar loas a credibilidade do Governo.

Olhem os dados que está acontecendo Srs. Parlamentares, para 120 milhões de reais, nós tivemos que ir ao ENDES, colocar em garantia as ações da COPEL, o ENDES deu-se ao luxo de dizer que não quer que conste que, 50% do valor patrimonial seja o mínimo a ser vendido. Cento e vinte milhões a melhor empresa do país no setor de energia, não pode constar um dado desse, 50% do valor patrimonial. Deputado Romanelli, nesse mesmo tempo o Governo Federal está negociando com o Estado de São Paulo treze a quinze bilhões para salvar o BANESPA, recebendo 7,5 em moeda super valorizada e, até algumas de propriedade discutível, como é o porto oferecido como garantia de preenchimento que compete ao Estado. Que tratamento é este? Será que não mexe com os brios de nós paranaenses? E, para conseguir com o ENDES um recurso ao Estado do Paraná que nada deve, ao Estado do Paraná que não pediu nada, que nunca deu calote ao plano federal tenhamos que dar a nossa melhor empresa, enquanto os outros Estados continuam negociando as suas dívidas. E isto não mexe com os nossos brios? Não, Srs. Parlamentares.

Gostaria de ter mais tempo. Lamentavelmente não temos. Mas é o brio do Paraná que queria chamar a atenção. Quero saber como é que o Governo Federal vai retratar o nosso Estado do Paraná nesse seu ímpeto privatista que está fazendo do

ENDES uma ponta do Governo Federal para, primeiro nacionalizar as empresas estatais, e na sequência colocar por preço barato e vil ao mercado financeiro. Indiscutivelmente me valho daquela frase do INTERPAR: "Ações da COPEL veto ao veto é voto correto".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados. Em primeiro lugar quero parabenizar o Deputado Caíto Quintana. Deputado Caíto Quintana, me orgulho de ser o seu companheiro, de pertencer a mesma Bancada que Vossa Excelência e, por partilharmos tantas posições que sempre são em favor da

Querida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não buscar aqui os números frios, mas fundamentalmente faz cinco meses que vejo aqui os membros dos sindicatos urbanitários, de funcionários da COPEL percorrendo gabinetes, corredores, frequentando as salas de Comissões, e fundamentalmente cinco meses que iniciamos a discussão quando, o Deputado Duílio Genari que, nunca subiu à Tribuna para defender o seu projeto, começou-se nesta Casa a maior discussão que nós já tivemos nesta legislatura, pelo menos até agora. E por que esta discussão é tão acalorada? Por que tantas contradições? Porque esta discussão fez com que homens como Cezar Silvestri, um deputado em sua segunda legislatura, que tem uma história política muito bonita desde o seu pai, líder da Bancada do PSDB, partido de sustentação ao Governo do Estado, dissesse um NÃO, um rotundo não à entrega por preço justo das ações da COPEL. Que interesses movem, senhor presidente?

Que interesses movem o Governo do Estado a retirar a salvaguarda que, esta Casa numa longa negociação fosse, conduzida que foi até aqui viesse fazer justiça pelo Deputado Valdir Rossoni que fez um substitutivo, apresentou e discutiu, o Deputado Durval Amaral de certa forma, representou o PMDB nas negociações e eu e o Caíto Quintana votamos contra, mas respeitamos a decisão da maioria da Bancada do nosso partido, e o artigo 1º, Deputado Nelson Justus, que garante o mínimo: todos os argumentos que se possa usar, são impossíveis de serem aceitos, porque se o nosso governo quer fazer caução e ele vai ter que pagar agora em maio os 120 milhões ao ENDES, vai pagar ou vai vender as ações e claro, ele quer vender as ações e vai vender por um preço vil, um preço que vai fazer com que no futuro, num futuro próximo,

Vossa Excelência eu e tantos outros Parlamentares aqui, estaremos interpondo uma ação popular contra esse ato lesivo ao patrimônio público do Paraná, que é vender ações da nossa melhor empresa, por um preço que se convencionou chamar de "banana".

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quanto vale um voto? Quanto vale Deputado Rossoni? Hoje nós aqui na cabina dessa Casa, possamos fazer prevalecer a sua votação primeira, às vésperas do Natal e esta Casa, para dar um exemplo de coerência, deveria dar um "Não" ao veto do Governador, porque Senhor Presidente, Senhores Deputados, diz um ditado popular que "quem já dobrou a esquina do pecado, sempre dá a volta no quarteirão" e eu espero que esta Casa tenha a dignidade de dizer um "não" àqueles que trabalham contra o interesse público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando ouvi as palavras do Deputado Caio Quintana no seu pronunciamento, ele iniciava dizendo que muitas pessoas e a própria imprensa têm questionado quem seria o derrotado e quem seriam os vencedores nessa questão. Falo em nome da Bancada do PSDB e falo com orgulho, dizendo que me sinto, independente do resultado, com o dever cumprido. Tenho essa sensação de dever cumprido pelo Paraná, pela COPEL, e também pelo Governo do Estado. Essa sensação de dever cumprido pelo Governo do Estado, quando fizemos alguns alertas, fizemos aqui nessa tribuna com relação ao Artigo 6º do Estatuto da própria COPEL, dizíamos naquela ocasião que o Governo estava com uma bomba-relógio em suas mãos. Se não fosse alterado o Artigo 6º, o Governo não teria a garantia de que teria o controle acionário da empresa, da melhor empresa do setor energético do Paraná e do Brasil.

Graças a Deus o Governo acabou nos ouvindo. No dia 15 de fevereiro foi convocada uma assembléia geral de todos os acionistas da COPEL, onde esse artigo foi alterado e as ações preferenciais foram transformadas em ações preferenciais tipo B, nos dando a garantia de que o controle acionário ficará nas mãos da COPEL.

Sinto-me com o dever cumprido e tenho certeza que todos os companheiros de bancada, quando houve alteração no projeto original, através de um substitutivo, Deputado Valdir Rossoni, quando dá a garantia que o Governo fique com 60% do controle acionário dessa empresa. Também quando

ouvimos declarações públicas do Senhor Governador Jaime Lerner, quando disse no dia 4 de fevereiro de 1996, numa entrevista à "Gazeta do Povo": "Sou um social-democrata, não estou aqui para torrar o patrimônio público, principalmente da maior empresa e da melhor empresa do setor energético do Brasil". O que nós queríamos: fazer oposição por oposição ou cumprir o nosso dever de parlamentar, de debater, de discutir, de criar inclusive o contraditório e também de fiscalizar o governo. Essa é uma prerrogativa do Legislativo que não podemos abrir mão.

Por esta razão me sinto com o dever cumprido. Quando o Governador que tem 25 anos de vida pública, que com certeza tem credibilidade nacional e internacional, não jogará fora a sua imagem, vendendo as ações a preço vil. Acho que essa foi uma conquista de todos aqueles que se opuseram ao Projeto. Foi isso e se não fosse o nosso empenho, e falo isso com tranquilidade e com orgulho, fui o primeiro Deputado a me contrapor ao projeto do Deputado Duílio Genari. Não porque sou contra à venda das ações da COPEL. A prova disso é que na legislatura passada votei favoravelmente à venda das ações. Mas não poderia, não posso e não há nada que me convença, que eu possa admitir que a melhor empresa do Paraná, a melhor empresa do setor energético do Brasil, possa ser vendida, suas ações serem vendidas por menos de 50%.

Esta é uma luta onde não há vencedores e não há perdedores, acho que quem ganha com isso é o Estado do Paraná, é o Brasil. E principalmente este Parlamento que trouxe à discussão para esta Casa. Não poderíamos aceitar calados que esse Projeto fosse votado em uma Sessão, em duas Sessões, sem que houvesse debate. Por esta razão eu me sinto e tenho certeza absoluta que toda Bancada do PSDB se sente com o dever cumprido. Dever cívico e patriótico e não apenas o seu dever legislativo.

Por isso recomendo, novamente, que a Bancada do PSDB, vote pela derrubada do veto. E digo mais. Estou autorizado pelos Deputados: Ricardo Chab, Albanor Gomes, José Maria, Carlos Simões, Jocelito Canto e Antônio Annibelli, estou autorizado por todos eles para declarar o voto pela derrubada do veto. Respeito a posição do nosso companheiro Deputado Peto Richa que, desde a primeira votação, votou favoravelmente ao Projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero saudar o pronunciamento do Deputado Caio Quintana, do Depu-

tado Cezar Silvestri e do Deputado Romaneli. Mas quero recuperar um dos embates a respeito, que tivemos como palco a Assembléia Legislativa a respeito do processo da venda das ações da COPEL, foi sem dúvida, o momento em que representante de uma indústria de componentes elétricos do Paraná, esteve presente à Assembléia Legislativa. Com a Imprensa toda assistindo uma exposição do Senhor Atilano Gomes, dono sócio-majoritário da empresa INEPAR.

Todos sabem que a vinda desse empresário importante do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, tem como objetivo a uma série de questionamentos em relação ao projeto que nós estamos discutindo hoje e principalmente em relação ao Veto que o Governador põe, retirando o limitador de 50% na venda das ações da COPEL.

Lembro - e não foi objeto de discussão, Deputado Anibal Khury, naquela oportunidade - com bastante clareza as afirmações do Senhor Atilano Oms. A empresa COPEL tem um patrimônio de 4 milhões e meio de reais. Ele disse o seguinte, a minha empresa, a INEPAR, tem um patrimônio de 120 milhões de Reais. O faturamento bruto da COPEL, durante o ano, com valor de 4 bilhões, era perto de 800 milhões e o da empresa dele, a INEPAR que tem um patrimônio de 120, era de 400 milhões. A dedução lógica que o Atilano trouxe é que era um péssimo investimento esse do Estado do Paraná ter uma empresa, um patrimônio público na ordem de 4 bilhões e faturar apenas 800 milhões de Reais ao ano. Se sou um empresário, se tenho a ótica do lucro, simplesmente, e obedeço a lógica do mercado, é evidente que o Atilano está com a razão, que o Governo do Estado do Paraná não está com a razão em manter o patrimônio da COPEL. Por quê? Porque a COPEL não obedece a lógica do lucro e nem é este papel do Estado do Paraná. A COPEL ajudou o desenvolvimento fornecendo energia elétrica para a Brahma, para a Coca-Cola, para a própria INEPAR, para a Volvo, para todas as indústrias da Cidade Industrial de Curitiba, para a indústria moveleira no Estado do Paraná, para todo o complexo industrial e de serviços do nosso Estado. Isto a que custo, a que preço?

Lógico, o preço colocado é sobre a ótica do desenvolvimento econômico do Estado e não sobre a ótica do lucro. A população de baixa renda tendo garantias e subsídios nas suas tarifas de energia elétrica e hoje é importante este debate para entender que a COPEL não se trata de uma empresa que deva estar premiada pelo mercado ou não. Não é o mercado que vai produzir o desenvolvimento do Estado, não é só o mercado. Todos os países do mundo aonde o Estado atuou como regulador, como direcionador do desenvolvimento humano,

como estimulador do desenvolvimento econômico, todos os povos que conseguiram um patamar de civilidade, um patamar de dignidade para os seus habitantes tiveram no Estado um grande regulador e estimulador da economia e é este o papel que nós defendemos para o Estado do Paraná também e para o Estado Brasileiro.

E me parece que essa ótica não é a ótica do Palácio Iguaçu, não é a concepção de Estado que o Palácio Iguaçu advoga.

Mais uma pergunta, Senhores Deputados, e precisa ficar bem claro, o Governador do Estado do Paraná pretende vender uma única ação da COPEL por menos de 50% do seu valor? É isto? É este o objetivo do Governo do Estado? O Governo do Estado tenha a certeza que a fazer assim, ao proceder desta maneira, está dilapidando um patrimônio público. Mas vamos aceitar os argumentos do Governador e do Secretário do Planejamento, Cássio Taniguchi, que foi o homem envolvido neste projeto na aceitação desse substitutivo e na negociação com o Governo do Estado.

Ora, o Estado do Paraná precisa alavancar com a venda das ações da COPEL um capital imobilizado, precisa alavancar perto de 600 milhões, 500 milhões de reais, para o desenvolvimento do nosso Estado. É este o grande argumento, o argumento que nos convence, o argumento que a Bancada da Oposição na Assembléia Legislativa aceita, com argumento válido para a abertura de capital da COPEL.

Pois bem, faço a seguinte pergunta: quem é que está promovendo a maior atração de recursos para o Estado do Paraná? Se eu limitar, Deputado Alborghetti, que uma ação tem que ser vendida no mínimo por 50%, sabe quanto de recurso o Governo do Estado do Paraná terá se obedecer o Projeto sem o veto? Hum bilhão e cem milhões de reais. Sabe quanto de recurso, se o preço das ações estiverem como o de hoje, o Governo do Estado trará para o Estado do Paraná, vendendo as ações da COPEL apondo o veto ao projeto? Apenas 680 milhões de reais.

Ora, não consigo entender a lógica do Governo. Me parece que por trás deste discurso de atração de capital, de desmobilizar o capital da empresa, me parece que por trás deste discurso não há outro discurso, não há outra verdade senão aquela que não é revelada para a opinião pública, uma verdade que não é dita, tanto não é dita que nenhum Parlamentar, nenhum Parlamentar, e o Deputado Algaci Túlio cobrou de mim, você ferrou contra mim quando fiz esta mesma afirmação quando o Atilano estava aqui presente, nenhum Deputado do Governo veio a qualquer microfone da Assembléia Legislativa justificar perante o povo do Paraná porque a COPEL vai sofrer

risco de ser entregue para a iniciativa privada por preço vil, por preços que podem chegar a 20, 30% do valor desta empresa. Só pode, com este tipo de procedimento por parte da bancada do Governo que negocia o Projeto, que negocia o substitutivo, que volta atrás e não tem a envergadura política sequer de se manifestar na defesa das teses do próprio Governo, só pode pairar uma suspeita, Deputado Anibal Khury, é de o que está em curso é o processo de entrega, uma entrega às escuras, uma entrega por baixo dos panos, de um patrimônio que não é do Governador Jaime Lerner, que não é do Senhor Cássio Taniguchi, mas é um patrimônio que foi construído com o esforço e com o sacrifício do povo do Paraná.

Se o Presidente da COPEL durante 40 anos, que foi a afirmação que ele fez nesta Assembléia, está justificado, só que o Presidente da COPEL fez um grande serviço no sentido de sucatear esta empresa, mas ele lamentavelmente não está com a verdade, o patrimônio e investimento do Estado do Paraná com o sacrifício da agricultura do Estado, com o sacrifício da educação do Estado do Paraná, com o sacrifício da saúde pública, da construção de hospitais. O Estado do Paraná nos 40 anos imobilizou recursos humanos, imobilizou recursos financeiros que ultrapassaram a dois bilhões setecentos e cinquenta milhões de reais para construir este parque energético para promover o nosso desenvolvimento.

Senhores Deputados da situação, sabemos que vários dos Senhores estão desconfortáveis na posição em que se encontram, sabemos de que gostariam de votar com a tese da oposição defendendo os interesses da maioria do povo do Paraná e da empresa pública COPEL, também sabemos do momento terrível de angústia, de aflição que cada um dos senhores passam, o Deputado Tureck, o Deputado Cesar Seleme, o Deputado Milton Puppio, o Deputado Edno Guimarães, sabemos da pressão que o Governador fez nos últimos dias conversando pessoalmente com os Deputados, sabemos da pressão que o Governo fez à bancada da situação para que não tivesse o veto, mas Senhores Deputados, não está em jogo apenas o veto da COPEL de limitar 50%, está em jogo, e nós podemos garantir ao afirmar e dizer não ao Veto, a possibilidade que o Estado do Paraná tenha recursos para poder promover o desenvolvimento do conjunto do nosso povo.

Senhor Presidente, quero deixar aqui uma interrogação à Mesa Executiva.

Neste Projeto está prevista a criação de uma Comissão de Deputados para fiscalizar e acompanhar o processo de venda das ações da COPEL.

Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, publicou nos jornais e notificou os Deputados de que cinco Deputados faziam

parte desta Comissão, Caíto Quintana, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Duílio Genari e o Ângelo Vanhoni.

Há requerimento à Mesa para que esta Comissão seja composta por 7 Deputados, para que outras bancadas participem desta Comissão.

Quero deixar a seguinte interrogação: "Caso o Governo do Estado não obedeça esta lei, procedendo à venda de qualquer ação sem a comunicação aos Deputados desta Comissão, quais os procedimentos legais que a Assembléia Legislativa vai adotar para garantir a aplicabilidade de um projeto de lei votado pela maioria dos Senhores Deputados?"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência vai adotar o mesmo procedimento que tem adotado até agora, quando a Assmebléia é desrespeitada.

Deputado Toti Colaço, último orador inscrito, representante de Irati.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com a devida vênia dos demais parlamentares que usaram dessa tribuna, eu diria de início o seguinte, que após o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana, proferido historicamente aqui nesta tribuna, nesta tarde, me parece que desnecessário seria qualquer outro pronunciamento a respeito do veto que está sendo, que será apreciado daqui a pouco.

Meu caro Deputado Caíto Quintana, os meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, porque V.Exa. sintetizou o que está na alma e no coração dos funcionários da COPEL, V.Exa. sintetizou o que está na alma e no coração dos engenheiros da COPEL, muitos já aposentados e muitos que já se foram. V.Exa. sintetizou e deixou registrado aqui, e eu também quero neste instante deixar registrado a minha preocupação com os nossos agricultores que estão distante do que está acontecendo aqui na Assembléia Legislativa.

Quero deixar também aqui em nome da bancada do PMDB a nossa preocupação com respeito as famílias que ao longo dessas últimas décadas, só puderam ter a luz e a energia elétrica dentro de suas casas, porque era uma empresa pública, ou porque é uma empresa pública. O patrimônio líquido da COPEL hoje, de 4 milhões e meio particularmente. Foi esforço e trabalho de muita gente, de muitos Governos.

Além de funcionários e técnicos engenheiros da COPEL, temos que destacar neste instante também, pelo menos na época nossa contemporânea, um Parigot de Souza, de saudosa memória, o Emilio Gomes, um Canet Junior, José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião e hoje Jaime Lerner.

Governantes, homens que governam o nosso Estado, pelas suas honestidades, pelas suas determinações, fizeram com que a nossa Empresa COPEL fosse uma das melhores do nosso País.

Mas é importante que se diga nesse instante aqui nesta tarde, que o PMDB, que a Bancada do nosso Partido não é contra a venda das ações da COPEL, o que o nosso Partido está se posicionando contra é pelo fato de não se ter aqui cumprido o que foi acordado com a Liderança e com a bancada do Governo, há alguns meses atrás.

Quando o Deputado Valdir Rossoni, num acordo com a Liderança da Oposição acordaram, estabeleceram o preço mínimo de 50% do valor das ações da COPEL, eu vi naquele instante, talvez, o início de um grande entendimento político, administrativo do nosso Estado. Porque aí a Bancada do Governo estava acordando com todas as Bancadas de Oposição aqui neste Parlamento.

Deputado Valdir Rossoni, e Deputado Algaci Túlio, senti naquele instante, talvez, um dos maiores entendimentos da história política e administrativa do nosso Estado. Mas também é com tristeza que nós do PMDB, podemos observar nos dias de hoje e nesta tarde, analisar este veto, excluir os 50%, a nossa Bancada evidentemente, vai votar, e vai dizer não ao veto. Vai votar com a cédula preta, vai votar com a cédula negra, na defesa e em nome do povo do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, para concluir Senhor Presidente.

Quero fazer um apelo neste instante a todos os Deputados da nossa Bancada PMDB, lembrem-se meus prezados companheiros, principalmente alguns, que o nosso compromisso sempre foi com o povo do Paraná. Não estamos, de forma e hipótese alguma, mas o nosso compromisso é com o povo, são com as classes populares e também porque, não dizer com o sentimento também do desenvolvimento com o setor econômico do nosso Estado.

Digo, vote não, vote com a cédula negra, em nome do Paraná, em nome, principalmente, do povo que trabalha, que luta e que é o orgulho para todos nós. E que a partir desta votação, quem vai nos cobrar, quem vai nos acompanhar não é o Deputado Algaci, e não é o Vanhoni, do lado de cá, e sim o povo do Paraná que vai acompanhar e ver o que vai acontecer com a empresa mais poderosa, mais competente do nosso Estado, que é a nossa COPEL.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário, procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para o processo de votação.

nal dos Srs. Deputados para o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procederá à chamada nominal...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sugiro a seguinte questão: ou não fazemos voto secreto, sem o Líder do Governo conferindo voto a voto na boca de urna, ou fazemos então, voto nominal aqui no Plenário. Qualquer coisa nos serve. (Palmas)

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Em doze anos, aprendi com o meu professor Caíto Quintana, como se faz boca de urna, espero que hoje eu possa corresponder à expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência, informa ao Plenário, que não é diretor de jardim de infância.

Os Deputados foram eleitos livremente e votarão livremente. Agora, um cuidadinho sempre é bom, né?

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Mas aí impõe risco a anulação, Sr. Presidente. O voto secreto não permite isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos prosseguir a votação sem a interferência das televisões e rádios.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) (Prossegue a Chamada Nominal para a votação).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Deputado Anibal Khury, tenho pelo Senhor o maior respeito, o senhor sabe disso. E confesso ao Senhor o seguinte, não é possível, ver o Líder do Governo na cabina, exigindo que o Deputado mostre o voto. Não fui eleito a Deputado para assistir uma palhaçada igual a essa, ora, não tem cabimento.

(Aplausos)

Por favor, não estou falando para plateia aqui.

Senhor Presidente, sinceramente não é possível assistir uma cena deprimente igual a esta. O Governador tem uma imensa maioria aqui, ele está com medo que a Oposição faça 3 ou 15 votos.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço aos Senhores Deputados que se mantenham calmos.

(Tumulto no Plenário).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, a Questão de Ordem é o seguinte, que a segurança mantenha integridade do Deputado que vai votar, para ele poder votar secretamente se quiser, se não quiser votar secreto ele sai da cabina e mostra o voto; agora lá dentro ele tem que ter direito de votar. E o Líder do Governo não pode estar com uma lista exigindo que o deputado mostre o voto.

Essa Assembléia tem que ter a dignidade e V.Exa. tem preservado a dignidade. Parabéns. E é por isso que eu faço esse apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, esse discurso do Deputado Romanelli poderia ter vindo aqui há 12 anos ele teve tempo e não teve oportunidade.

Nós, Deputados ficamos aonde queremos aqui nesse Plenário. E gostaria de pedir ao Deputado Algaci Túlio, já falamos aos nossos liderados, sabemos que eles votaram com o Governador Jaime Lerner.

O discurso do Deputado Romanelli é

inócuo e inoportuno, porque eles fizeram isso aqui, da mesma forma, há 12 anos, agora, qualquer movimento e eles tiram o voto contra nós.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como a eleição está um pouco tumultuada - não é uma determinação da Mesa, é uma sugestão - eu peço que os Srs. Deputados, jornalistas e o pessoal da Televisão, que se afastem no mínimo de 10 metros da cabina de votação.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Prossegue a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 53 Srs. Deputados. Designo uma Comissão composta pelos Deputados Caíto Quintana, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Valdir Rossoni, Cezar Silvestri, Cesar Seleme, Hélio Rusch, Nelson Justus e Romanelli.

Votaram cinquenta e três Senhores Deputados, pela manutenção do Veto; trinta e três, pela rejeição do Veto, dezoito; Dois votos em branco. **Mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.